

OS REFLEXOS DA PANDEMIA NA EJA DO ESPÍRITO SANTO: DESAFIOS E CONEXÕES DO ENSINO SEMIPRESENCIAL AO REMOTO ¹

Jussara da Silva Baptista ²
Edna Castro de Oliveira ³

INTRODUÇÃO

Vivemos momentos dramáticos no Brasil. Além da maior tragédia humanitária de sua história, com os mais de 608 mil mortos pela Covid-19 em função da negligência do governo federal frente à pandemia, há ainda outras centenas de milhares sequelados, seja em seus corpos físicos ou mentais, seja pelo caos social trazido pela crise econômica, que tem aprofundado o fosso entre ricos e pobres.

A FGV Social alerta que, em 2021, há quase 28 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza no Brasil. Em 2019, eram cerca de 23 milhões (LANDIM, 2021). Segundo Neuman (2021) — 116 milhões vivem a insegurança alimentar e 19 milhões passam fome. Há, ainda, 14,1 milhões em busca de trabalho (STRICKLAND, 2021).

A situação adversa do País tem seus reflexos na educação pública, que precisa superar o abismo em relação ao ensino privado aberto durante a pandemia. Enquanto docentes lutam para se adaptar às novas tecnologias, alunos pobres se veem excluídos digitais. (RBA, 2021) aponta que 54% dos estudantes das classes D e E utilizaram o telefone celular como principal dispositivo para estudos remotos em 2020. Desses, 36% tiveram falta ou baixa qualidade de conexão. Seria o ensino a distância ou semipresencial viável para a EJA como oferta única, a exemplo do que foi adotado pelo Governo do Espírito Santo a partir de 2017? Esses e outros questionamentos justificaram este estudo.

A EJA Semipresencial do Espírito Santo (ES) foi vista à época de sua implantação como um modelo inovador por oferecer uma alternativa aos estudantes-trabalhadores. O modelo reduziu as aulas presenciais de cinco para três dias (terça, quarta e quinta-feira). No entanto, não disponibilizou plataforma digital, computadores e acesso à internet e/ou material

¹ Este resumo expandido é resultado de pesquisa de mestrado em andamento.

² Mestranda do curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo-UFES, jussarasb15@gmail.com;

³ Professora orientadora: doutorado, Universidade Federal Fluminense-UFF, oliveiraedna@yahoo.com.br.

didático impresso adequado aos estudos à distância (segunda e sextas-feiras), adaptados à realidade da modalidade e ao contexto capixaba.

Os sujeitos participantes deste estudo foram envolvidos de forma intencional. Contamos, assim, com 10 professores, 10 estudantes e quatro gestores da rede estadual do Espírito Santo, que fazem significações da EJA Semipresencial.

Atuando nas interpretações das entrevistas qualitativas, utilizando a análise temática, uma das técnicas da análise de conteúdo de Bardin (1977), além da análise documental, é possível inferir que: a oferta semipresencial em substituição ao ensino presencial significou retrocessos ao direito à educação de qualidade, estabelecido pela LDBEN (BRASIL, 1996) e defendido por teóricos como Freire (1967, 1987). A forma como foi implementada, sem diálogo com a escola e seus profissionais, além de condições estruturais inadequadas, foi agravada pelo período pandêmico.

A perspectiva teórica é o pensamento decolonial latino-americano (MIGNOLO, 2017; QUIJANO, 2005), abordagem que denuncia, mesmo após o fim da situação colonial, a permanência de um padrão de poder que perpetua estruturas como a exclusão educacional, o racismo, o machismo, a desigualdade e outras formas de opressão e negação de direitos às populações pobres da América Latina, como a exclusão digital.

Pensadores latino-americanos interligam os conceitos de colonialidade ao de modernidade, denunciando o movimento colonial com um “lado obscuro da modernidade” (MIGNOLO, 2017, p 2).

A linha teórica reconhece o público da EJA como integrante dos povos originários da América Latina, que sofrem as consequências da exploração mercantilista/capitalista. “No Brasil, esta realidade resulta do caráter subalterno atribuído pelas elites dirigentes à educação escolar de negros escravizados, índios reduzidos, caboclos migrantes e trabalhadores braçais” (BRASIL, 2000, p 13).

METODOLOGIA

Há algum tempo, a pesquisa em educação tem se preocupado em captar a realidade complexa das escolas. Segundo Ludke, André (2010), o fenômeno educacional foi estudado como se pudesse ser isolado, como se faz com um fenômeno físico. “Como se as variáveis que o compõem pudessem ser isoladas, a fim de se constatar a influência que cada uma delas exercia sobre o fenômeno em questão (LUDKE, ANDRÉ, 2010, p. 03). Surgem pesquisas mais participantes, revendo a relação sujeito-objeto e teoria-prática.

Este é, ainda, um estudo eminentemente qualitativo. Godoy (1995) salienta que na pesquisa qualitativa o pesquisador vai a campo com o intuito de entender o caso investigado “a partir da perspectiva das pessoas envolvidas” e considera “todos os pontos de vista relevantes” (GODOY, 1995, p. 21).

A opção deste estudo foi a pesquisa de campo, entrevistando sujeitos da EJA Semipresencial em três escolas estaduais em agosto de 2021. Nas entrevistas, além do questionário previamente estruturado, foi necessária sensibilidade para conduzir os diálogos com docentes e estudantes, dando liberdade a novas perguntas. A opção, assim, foi por entrevistas com questionário semiestruturado.

Foram realizadas entrevistas qualitativas com quatro gestoras, cujos conteúdos foram cruzados com a análise dos documentos, a exemplo da legislação que serviu de base para implantação e sustentação no ano de 2021, fazendo uma interpretação das leis e o pano de fundo para criação da política. Este trato dos dados tem permitido perscrutar, numa perspectiva histórica, os caminhos percorridos pela oferta da educação a distância na educação de jovens e adultos e suas conseqüentes formas de ofertas no Brasil, história que se cruza desde os antigos cursos por correspondências ou pelos meios de comunicação, como o rádio e a televisão.

A interpretação dos dados foi realizada a partir da análise de conteúdo, proposta por Bardin (1977), que possibilita obter “por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (BARDIN, 1977, p. 47). Operamos com as três fases: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados; inferência.

A pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) com parecer aprovado. Seguiu os tramites para entrevistas com formalização e assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a maioria dos docentes, gestores e estudantes entrevistados neste estudo, a pandemia serviu para confirmar que a EJA é ainda uma modalidade que depende de oferta presencial, sobretudo pelas dificuldades que seu público tem de acesso às novas tecnologias, fato reconhecido pela maioria dos estudantes que relatou dificuldades de acesso à internet e a computadores, o que comprometeu os estudos remotos na pandemia. É preciso estabelecer uma

conexão entre a inclusão digital das populações mais excluídas e a oferta da EAD como flexibilização dos espaços/tempo do público da modalidade.

Na prática, a EJA Semipresencial se tornou uma certificação com pouca preocupação com o aprendizado dos estudantes. Também precarizou o trabalho dos professores, que tiveram redução de carga horária e não recebem pela aula não-presencial.

A intenção deste estudo não é o de assumir posição contrária aos estudos a distância na EJA, mas questionar as formas como são adotadas, pois devem seguir normativas. Segundo Brasil (2000), a EJA Semipresencial é parte das formas de oferta da EJA, sempre complementar e ofertada com qualidade.

Os resultados constataam ainda a opção do ideário neoliberal para a educação capixaba a partir do ano de 2015, afetando o ensino médio regular noturno e a EJA, que sofreram desinvestimentos e fechamento de turmas em detrimento do ensino de tempo integral diurno (OLIOSE, 2021).

Na prática, migração da EJA presencial para um modelo EAD deficiente e um processo de juvenilização de seu público-alvo em função do desmonte do ensino médio noturno. A EJA passou a absorver adolescentes, com 18 anos recém completados, “empurrados” do ensino regular noturno diurno por questões de repetências, para correção de fluxo. Ou ainda como única opção em função do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo discute como os governos de cunho neoliberais têm utilizado a educação a distância para reduzir custos e oferecer uma educação de qualidade questionável a alunos pobres. Nesse modelo, com a pandemia, o avanço da EAD na modalidade EJA se torna um perigoso componente para comprometer a diversificação da oferta tão cara à modalidade, cujo público-alvo é tão diverso.

Se a pandemia revelou a falta de estrutura para o uso das novas tecnologias na educação básica pública, muito antes disso, a partir do ano de 2015, o Governo do Estado do Espírito Santo já pensava um modelo semipresencial para a EJA, alterando a estrutura da modalidade até então presencial nas escolas estaduais.

De igual modo, se a pandemia serviu para expor a exclusão digital dos mais pobres no Brasil e ainda explicitar o quanto os estudos remotos se tornam impraticáveis para boa parte dos estudantes da escola pública (MARQUES, 2020), por outro lado, há um movimento de expansão de um modelo EAD deficiente na educação básica, incluindo a modalidade EJA, em

curso no País, em benefício de entidades privadas que lucram neste ramo de negócio, sem compromisso com a qualidade do ensino.

Nesses tempos sombrios, a necessidade de luta e resistência dos setores mais progressistas se faz uma necessidade, trazendo à tona a filosofia freiriana, no ano do centenário do educador. Segundo, Freire (1987) os homens são capazes de reinventar o mundo e não apenas de se acomodar a ele, pois são seres de decisão e de ruptura, que podem lutar pela liberdade e pela autonomia contra a opressão, o que certamente os condiciona a um processo educacional e não ao adestramento.

Sendo assim, os ataques à educação pública não são mero acaso, mas, sobretudo, uma política orquestrada para manutenção da ordem social e eterna exclusão dos mais pobres das instâncias de decisão, dos postos de trabalhos mais qualificados, reservando aos trabalhadores o papel de exploração de sua mão de obra a serviço do capital.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ensino Semipresencial. EAD. Educação de Qualidade. Classe Trabalhadora. Pandemia.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB 11/2000, de 10 de maio de 2000. **Diretrizes curriculares nacionais para educação de jovens e adultos**. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf>. Acesso em: 01 out. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 02 out. 2021.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

LANDIM, Raquel. **Quase 28 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza no Brasil**. CNN Brasil, São Paulo, ano 2021, 7 out. 2021. Business, p. 1-7. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/business/quase-28-milhoes-de-pessoas-vivem-abaixo-da-linha-da-pobreza-no-brasil/>>. Acesso em: 27 out. 2021.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARQUES, Jardel Delgado. **Educação a Distância no Contexto da Pandemia da Covid-19: Alternativa Democrática ou Segregadora**. **Revista Artes de Educar**, Rio de Janeiro, ano 2020, v. 6, ed. Especial II, p. 416-429, jun/out 2020 2020.

MIGNOLO, W. **Colonialidade – o lado mais escuro da modernidade**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 32, n. 94, jun.2017.

NEUMAM, Camila. **19 milhões de brasileiros vivem com fome: consequências na saúde são irreversíveis**. CNN Brasil, São Paulo, ano 2021, 28 out. 2021. Saúde, p. 1-9. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/19-milhoes-de-brasileiros-vive-com-fome-consequencias-na-saude-sao-irreversiveis/>>. Acesso em: 30 out. 2021.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLASCO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clasco.org.ar/clasco/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 05 set. 2020.

RBA, Redação. **Exclusão digital no Brasil se agravou durante a pandemia**. Rede Brasil Atual, São Paulo, ano 2021, 14 abr. 2021. Cidadania. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/04/exclusao-digital-no-brasil-se-agravou-durante-a-pandemia/>>. Acesso em: 25 out. 2021.

OLIOSE, Ivan Carlos. **O Processo de Privatização das Políticas Educacionais no Espírito Santo de 2015 a 2018: Implicações para a EJA**. 2021. 167 f. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

STRICKLAND, Fernanda. **Taxa de desemprego recua, mas Brasil ainda tem 14 milhões de desempregados**. *Correio Braziliense*, Brasília, ano 2021, 1 out. 2021. Conjuntura. Disponível em: <<https://www.correio braziliense.com.br/economia/2021/10/4952809-taxa-de-desemprego-recua-mas-brasil-ainda-tem-14-milhoes-de-desempregados.html>>. Acesso em: 28 out. 2021.